

OBSERVATÓRIO
INTERINSTITUCIONAL DE
DIREITOS HUMANOS
TJPR



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023



TJPR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	4
2. INSTITUCIONAL	5
2.1. SOBRE O OIDH	5
2.2. ESTRUTURA FUNCIONAL	7
3. PROGRAMAS E PROJETOS	8
3.1. PROGRAMA ESCOLAS HUMANIZADAS.....	8
3.1.1. PESQUISA-AÇÃO NAS ESCOLAS	10
3.1.2. CEVID-EDUCATRON	12
3.1.3. SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAS/ESCOLAS COLABORATIVAS	14
3.1.4. SE LIGA NA JUSTIÇA	16
3.2. DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA	18
3.3. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS PARA OPERADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA	20

SUMÁRIO

3.4.	CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (CDH UFPR)	22
3.5.	DIÁLOGOS JURISDICIONAIS: EXPLORANDO OS PRECEDENTES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	24
3.6.	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	26
3.7.	PACTO NACIONAL DO JUDICIÁRIO PELOS DIREITOS HUMANOS	28
3.8.	CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS DO ESTADO DO PARANÁ (COPEDH/PR)	29
3.9.	GRUPO INTERINSTITUCIONAL DE TRABALHO DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA	30
3.10.	COMITÊ ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS NO ESTADO DO PARANÁ	31

1. APRESENTAÇÃO

A criação do Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos (OIDH) no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) decorre da necessidade de acompanhamento específico de questões atinentes à temática dos direitos humanos, sobretudo no que se refere à democratização do acesso à justiça, ao combate da violência institucional, à garantia dos direitos dos jurisdicionados e à proteção de pessoas em situação de risco. Desde então, o OIDH tem atuado para garantir a plena observância dos direitos humanos no plano estadual.

O Relatório Anual de Atividades do OIDH tem por objetivo informar as ações executadas ao longo do ano, no campo de suas atribuições e competências, conforme a Resolução nº 287-OE do TJPR. Esse Relatório apresenta tanto as informações institucionais do OIDH quanto as ações, projetos e programas realizados neste ano, bem como as iniciativas que fazem parte do Planejamento do OIDH para o Biênio 2023-2024 e que estão ainda em fase de planejamento.

Desta forma, o Relatório de Atividades de 2023 tem como fim apresentar, com transparência, os resultados alcançados com a articulação e execução das ações ao longo do ano, o que permite que elas sejam aprimoradas e continuadas no âmbito do Judiciário paranaense.

2. INSTITUCIONAL

2.1. SOBRE O OIDH

O Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos (OIDH) é um órgão de caráter consultivo, instituído pela Resolução nº 287-OE do TJPR, de 8 de março de 2021, com o objetivo de promover a articulação do Judiciário paranaense com outras instituições nacionais ou internacionais que atuem em atividades destinadas à tutela dos direitos humanos, além de subsidiar a atuação do TJPR na formulação de políticas, projetos, diretrizes e demais atividades relacionadas à temática.

Para fomentar a observância dos direitos humanos e fundamentais no plano estadual, o OIDH atua na articulação, planejamento e execução de ações, projetos e programas destinados à defesa da dignidade da pessoa humana, correlatas às suas áreas de competência.

De acordo com o Art. 2º da Res. que o criou, o OIDH tem como atribuições:

1 – promover a articulação do Poder Judiciário do Estado do Paraná com instituições nacionais ou internacionais que atuem na defesa dos direitos humanos, bem como parcerias para o intercâmbio de informações, de dados, de documentos ou de experiências;

- II – subsidiar a atuação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná na formulação de políticas, projetos e diretrizes destinados à tutela dos direitos humanos;*
- III – executar iniciativas e projetos relacionados à temática de direitos humanos;*
- IV – elaborar estudos e pareceres sobre demandas que envolvam questões estratégicas de direitos humanos;*
- V – propor a celebração de acordos de cooperação afetos ao seu escopo de atribuições;*
- VI – organizar publicações referentes à atuação do Poder Judiciário do Estado do Paraná na defesa dos direitos humanos, bem como promover seminários, audiências públicas ou outros eventos concernentes a essa área temática; e*
- VII – propor ao Presidente do Tribunal de Justiça medidas que considere pertinentes e adequadas ao aprimoramento da tutela dos direitos humanos no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná, inclusive quanto aos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 3030 da Organização das Nações Unidas – ONU.*

2.2. ESTRUTURA FUNCIONAL

A estrutura funcional do OIDH contou, no ano de 2023, com dois servidores, uma estagiária de pós-graduação e uma estagiária de graduação, com formação multidisciplinar:

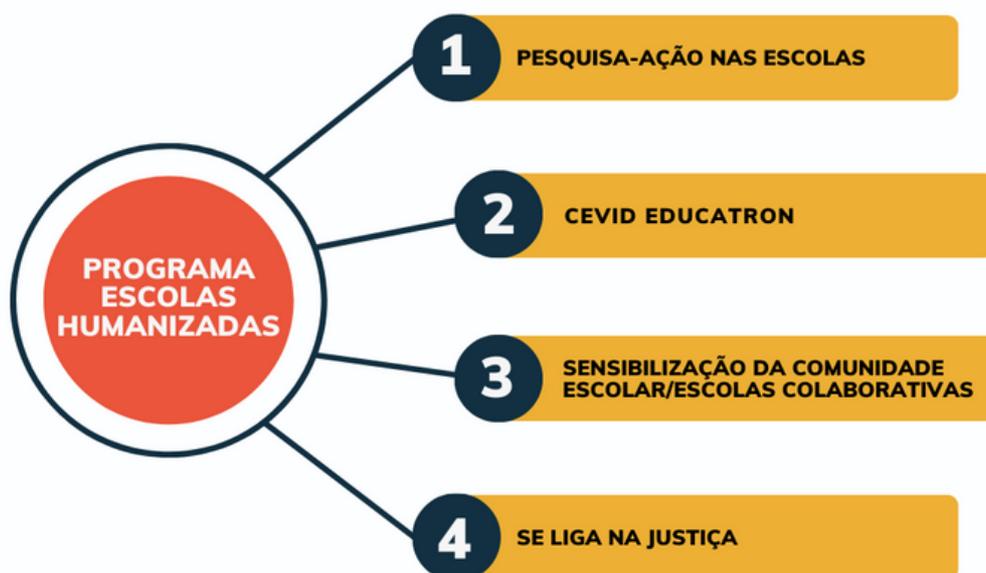
FUNÇÃO	NOME	CARGO/FORMAÇÃO
Coordenador	Jonathan Serpa Sá	Analista Judiciário Sênior; Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas
Servidor	Ébio Luiz Ribeiro Machado	Técnico Judiciário; Especialista em Gestão de Organizações Públicas
Estagiária	Camila Schiavon Tigrinho	Estagiária de pós-graduação; Pós-graduanda em Direitos Humanos
Estagiária	Beatriz Nunes	Estagiária de graduação; Graduanda em Ciências Sociais

3. PROGRAMAS E PROJETOS

3.1. PROGRAMA ESCOLAS HUMANIZADAS

O programa Escolas Humanizadas foi proposto pelo OIDH no ano de 2023. Destina-se a levar diversas ações e projetos educacionais para as escolas, envolvendo seus estudantes, docentes, a equipe pedagógica e a equipe de apoio (professores, pedagogos, diretores, coordenadores, inspetores, merendeiras, secretários e faxineiros).

Esse programa compreende quatro projetos, sendo eles o Pesquisa-Ação nas Escolas, o Sensibilização da Comunidade Escolar/Escolas Colaborativas, o Cevide-Educatron e o Se Liga na Justiça. Esses projetos estão correlacionados e ocorrem de maneira interdependente. Isso quer dizer que, para atender as diferentes necessidades dos alunos e da comunidade escolar, mais de um projeto pode ser efetivado em cada escola, uma vez que cada um deles possui a sua especificidade.



3.1.1. PESQUISA-AÇÃO NAS ESCOLAS

Trata-se de um Acordo de Cooperação entre o TJPR, por meio do OIDH e do Ateliê de Inovação (AI), e a Associação Paranaense de Cultura (APC), mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), com vigência até 15/03/2027. Esse acordo visa aprofundar a pesquisa nas escolas públicas, ofertar orientação em gestão pacífica de conflitos e promover a cidadania, principalmente por meio da prevenção dos conflitos. Atualmente, este projeto é desenvolvido em dez escolas.

O Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PPGDH-PUCPR) aplica a metodologia de pesquisa-ação nos colégios públicos, com o intuito de compreender a realidade de cada escola e promover iniciativas de intervenção a curto, médio e longo prazo. O objetivo da pesquisa-ação é compreender o que os estudantes pensam sobre trabalho, projeto de vida, estudo, família, violência, direitos humanos e formas de gestão de conflitos.

Na sequência, são ofertados cursos de capacitação, além da elaboração de indicadores de mediação pacífica de conflitos. A redução da evasão escolar e a melhoria da relação de ensino-aprendizagem, mediante a participação direta dos estudantes nos processos decisórios no espaço escolar, são decorrências das atividades empreendidas neste projeto.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados ao projeto:



3.1.2. CEVID-EDUCATRON

O projeto Cevide-Educatron é uma ação conjunta entre o TJPR – por meio do OIDH, do Ateliê de Inovação (AI), da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevide) e da Escola Judicial do Paraná (Ejud-PR) –, o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PPGDH-PUCPR) e a Secretaria de Educação do Estado do Paraná (Seed-PR). O seu objetivo é transmitir informações aos estudantes, à comunidade escolar e à sociedade que contribuam para a prevenção e solução de conflitos.

O projeto Cevide-Educatron consiste em dinâmicas instrucionais que são transmitidas em tempo real para todas as escolas públicas da rede estadual que possuem o kit Educatron. Esse kit é composto por smart TV 43", computador, webcam, microfones, teclado com mousepad e pedestal regulável, além de equipamentos de wi-fi, distribuídos pela Seed para todas as escolas. Os equipamentos podem ser usados para a apresentação de conteúdo multimídia em sala de aula, assim como para fazer videochamadas com outros professores ou palestrantes em tempo real em qualquer lugar.

A primeira edição do projeto foi realizada entre os dias 15 e 18 de agosto de 2023. O vídeo elaborado para o presente projeto, que buscou transmitir informações que possam contribuir para a

prevenção da ocorrência de violência doméstica e familiar, foi disponibilizado pelo Educatron para 22 mil salas de aula de 2.104 escolas estaduais, atingindo aproximadamente 1 milhão de alunos.

A segunda edição do projeto iniciou no dia 24 de novembro de 2023, com a realização de palestras e panfletagem para os alunos do Colégio Avelino Antônio Vieira – Curitiba/PR. Além disso, foi realizada uma exposição aos professores(as) acerca dos procedimentos a serem tomados a partir da identificação de violência doméstica e familiar. Um segundo vídeo foi produzido para esta ação, e foi divulgado em todas as salas de aula da rede estadual na semana de 11 a 15 de dezembro de 2023.



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados ao projeto:



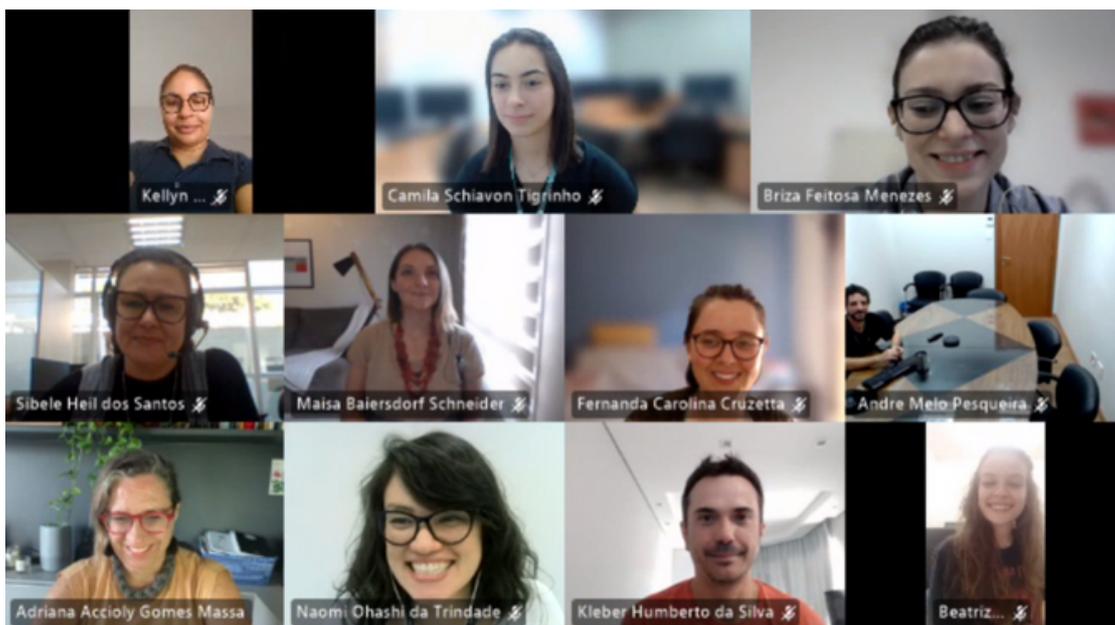
3.1.3. SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR/ESCOLAS COLABORATIVAS

Trata-se de um projeto educacional desenvolvido pelo TJPR, por meio do OIDH, do Ateliê de Inovação e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Medidas Socioeducativas (GMF). Esse projeto aborda temas como Cultura de Paz e Não Violência a partir da visão sistêmica, Tecnologias de Convivência, Gestão Escolar Participativa, Mediação Escolar, Práticas Restaurativas, Transformação de Conflitos, Diálogo e Comunicação Não Violenta nas escolas.

Este projeto deriva e ocorre de forma interdependente ao projeto Pesquisa-Ação. Destina-se à equipe pedagógica e de apoio (professores, pedagogos, diretores, coordenadores, inspetores, merendeiras, secretários e faxineiros), para que seja possível a construção de um projeto colaborativo para o enfrentamento de conflitos e de outras questões levantadas pelos atores da comunidade escolar.

Em 2023, o OIDH promoveu a formação de 14 servidores(as) e estagiários(as) do TJPR que irão operar como facilitadores(as) nos colégios, garantindo, desta forma, a continuidade do projeto. Foram realizados, neste ano, 4 encontros síncronos de 3 horas,

ministrados pela servidora Adriana Accioly Gomes Massa (GMF), entre os meses de outubro e novembro. Após a formação, a facilitação será aplicada nos colégios do projeto Pesquisa-Ação Nas Escolas.



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados ao projeto:



3.1.4. SE LIGA NA JUSTIÇA

Proposto em 2023, o Se Liga Na Justiça é um projeto do TJPR, por meio do OIDH, do Ateliê de Inovação, do GMF e da Ejud-PR, conjuntamente à Secretaria de Educação do Paraná (Seed-PR) e ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PPGDH-PUCPR). O objetivo do projeto é orientar a prática escolar para a educação em direitos humanos e para a consolidação de uma cultura democrática e cidadã.

O projeto se fundamenta no surgimento de uma série de demandas do universo escolar, no convívio entre alunos, professores, funcionários, coordenação, direção, famílias e sociedade, que vão além do currículo escolar. Neste sentido, para que os anseios e demandas da comunidade escolar sejam identificados e transformados em ações efetivas de reparação, propõe-se neste projeto interinstitucional a implementação de ações educativas que propaguem valores solidários, cooperativos e de justiça social.

Assim, serão desenvolvidas atividades educativas relacionadas ao direito e à justiça, como palestras, workshops, visitas à estrutura judiciária, debates ou outras iniciativas que estimulem os alunos a pensar sobre questões jurídicas e sociais relevantes na sociedade atual. Os alunos poderão indicar os temas e assuntos a serem explorados durante as dinâmicas. Para a con-

dução das atividades educativas, serão convidados magistrados, profissionais com experiência no campo jurídico ou especialistas, a depender do tópico em questão.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados ao projeto:



3.2. DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

O OIDH colabora e participa dos eventos anuais de celebração do Dia Nacional da Consciência Negra no TJPR. No ano de 2023, o evento em alusão à esta data foi realizado no dia 17 de novembro, de forma híbrida - ocorreu presencialmente na Esplanada do Prédio Anexo e foi transmitido de forma virtual no canal do YouTube da Ejud-PR.

O evento contou com a realização de palestras e apresentações culturais. Entre os convidados, estiveram a juíza Adriana Alvez dos Santos Cruz, o advogado e professor Samuel Vida, a secretária-executiva do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania Rita Cristina de Oliveira, o defensor legal popular Kandiero, a pesquisadora Melissa Reinehr e o artista Daniel Monteles.

Essa ação tem como objetivo promover a discussão e a reflexão sobre as desigualdades raciais e sociais no Brasil e, mais especificamente, no Judiciário paranaense. Busca, para além disso, impulsionar o combate ao racismo estrutural e institucional e promover a diversidade e a representatividade da população negra no TJPR.



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados ao projeto:



3.3. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS PARA OPERADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA

O OIDH, conjuntamente ao GMF e à Assessoria Militar do TJPR, realiza palestras para os alunos do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) da Polícia Militar do Paraná (PMPR), com temas relacionados à audiência de custódia e à prisão em flagrante, proporcionando o compartilhamento de experiências e a aproximação entre o TJPR e a PMPR.

A segunda edição deste projeto foi realizada no dia 30 de outubro de 2023. A palestra teve como tema "Reflexões da prisão em flagrante à audiência de custódia", sendo convidados como palestrantes o des. Ruy Muggiati e o juiz Paulo Roberto Gonçalves de Camargo Filho, ambos do TJPR.

Nesta oportunidade, foram tratados diversos temas relacionados à audiência de custódia, que partem dos questionamentos e indagações dos alunos participantes. Desta forma, além da aproximação entre a Polícia Militar e o sistema de justiça, a palestra proporciona um ambiente de rica discussão, fortalecendo a confiança entre as instituições.



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados ao projeto:



3.4. CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (CDH|UFPR)

A Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná (CDH|UFPR) apresenta os projetos de impacto social elaborados pelos estudantes do Núcleo de Práticas Jurídicas desta universidade aos Laboratórios de Inovação do TJPR, da Justiça Federal do Paraná (JFPR) e do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), com a finalidade de estabelecer parcerias e troca de saberes.

A aproximação entre a CDH|UFPR e o TJPR se iniciou em 9 de agosto de 2023. Desde então, foram realizadas duas reuniões para a apresentação dos trabalhos dos alunos da UFPR, sendo a primeira realizada no dia 31 de agosto e a segunda em 16 de novembro.

Os trabalhos apresentados levam em consideração os indicadores sociais de vulnerabilidade e, portanto, compreendem diversas áreas do direito e da justiça. Buscando sanar ou dirimir um ou mais problemas sociais, ou mesmo aprimorar e democratizar o serviço público, os alunos apresentam as suas estratégias para promover a transformação social. A partir de tais apresentações, os órgãos do Poder Judiciário podem propor planos de trabalho para executar os projetos apresentados, na ocasião de

uma eventual parceria.



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados ao projeto:



3.5. DIÁLOGOS JURISDICIONAIS: EXPLORANDO OS PRECEDENTES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

O projeto Diálogos Jurisdicionais: Explorando os Precedentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos propõe a realização de ações, como palestras, para instruir a magistratura do TJPR ao cumprimento dos tratados e convenções internacionais de Direitos Humanos e à implementação da jurisprudência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) em suas decisões, visando a proteção da dignidade e dos direitos da pessoa humana.

Esse projeto atende ao Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos e se respalda na Recomendação n. 123/2022 do CNJ, que evidencia a necessidade de se estabelecer o diálogo entre o ordenamento jurídico doméstico e os instrumentos do sistema internacional de proteção dos direitos humanos, sobretudo os instrumentos do SIDH, que é o sistema regional do qual o Brasil faz parte.

O projeto foi proposto pelo OIDH em 2023. O planejamento e a execução das iniciativas serão feitos em conjunto com o Ateliê de Inovação, a Ejud-PR e a Presidência do TJPR, no início de 2024.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados ao projeto:

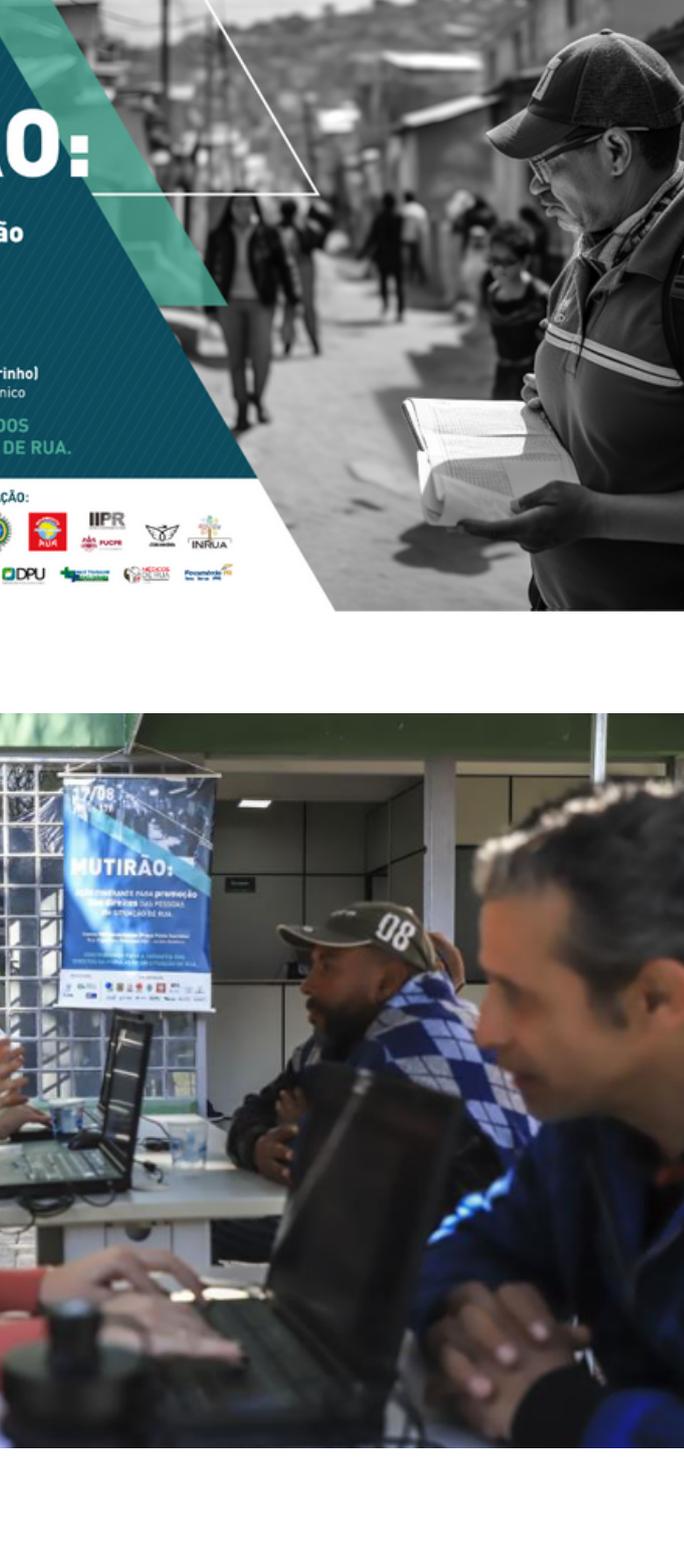


3.6. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O OIDH integra o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atenção à População em Situação de Rua (GT-PSR), acompanhando suas reuniões periódicas. No ano de 2023, foram realizadas 13 reuniões gerais, em formato híbrido.

Em 17 de agosto de 2023, o GT-PSR promoveu um mutirão de atendimento e de promoção de direitos de pessoas em situação de rua. A iniciativa atendeu 239 pessoas, que puderam regularizar seus documentos, obter orientações jurídicas de forma gratuita, solicitar benefícios e receber encaminhamento para vagas de emprego.

O mutirão reuniu 22 instituições públicas e privadas e organizações da sociedade civil. Estiveram presentes, dentre outras equipes, membros do TJPR, do Ministério Público do Paraná (MPPR), da Defensoria Pública da União (DPU), da Defensoria Pública do Paraná (DPE-PR), da Secretaria de Estado da Segurança Pública/Instituto de Identificação do Estado do Paraná (SESP/IIPR), da Polícia Federal, do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).



17/08
9h às 17h

MUTIRÃO:

AÇÃO ITINERANTE PARA **promoção dos direitos** DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Centro POP Solidariedade (Praça Plínio Tourinho)
Rua Engenheiro Rebouças, 845 - Jardim Botânico

CONTRIBUINDO PARA A GARANTIA DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.

REALIZAÇÃO:  COLABORAÇÃO: 



3.7. PACTO NACIONAL DO JUDICIÁRIO PELOS DIREITOS HUMANOS

No ano de 2023, o TJPR aderiu ao Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos, visando a efetiva concretização dos direitos humanos no âmbito do Judiciário paranaense. O Pacto tem como principal objetivo a efetiva implementação da Recomendação n. 123/2022 do CNJ, orientando aos partícipes à adoção de medidas para a promoção da cultura de direitos humanos e para a concretização do controle de convencionalidade no Poder Judiciário.

O des. Fernando Wolff Bodziak, na condição de Presidente do OIDH, foi designado como gestor local para a execução das ações previstas no Pacto. Dentre estas, o OIDH propôs a execução de ações de capacitação para a magistratura do TJPR, voltadas à temática dos direitos humanos e do controle de convencionalidade, por meio do projeto Diálogos Jurisdicionais: Explorando os Precedentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

3.8. CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS DO ESTADO DO PARANÁ (COPEDH/PR)

O Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPEDH/PR), instituído pela Lei nº 11.070/1995, é um órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo e paritário, que integra a estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU-PR) e conta com a participação de representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e de Organizações Não-Governamentais (ONGs) ligadas à defesa dos direitos humanos.

O COPEDH/PR tem como principal atribuição a formulação e a fiscalização das políticas públicas de direitos humanos e cidadania no Estado do Paraná. Ainda, tem a função de encaminhar às autoridades competentes as denúncias e as representações que lhe sejam dirigidas, bem como de propor soluções para os problemas referentes à defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana.

O TJPR é representado no COPEDH/PR pelo servidor Jonathan Serpa Sá, Coordenador do OIDH. No ano de 2023, este Conselho realizou 18 reuniões ao total, sendo 12 delas ordinárias e 6 extraordinárias.

3.9. GRUPO INTERINSTITUCIONAL DE TRABALHO DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

O Grupo Interinstitucional de Trabalho de Prevenção e Combate à Tortura foi criado com a finalidade de implementar a Res. nº 414/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece diretrizes e quesitos periciais para a realização dos exames de corpo de delito nos casos em que haja indícios de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, conforme os parâmetros do Protocolo de Istambul.

Este Grupo de Trabalho é presidido pelo GMF/TJPR. O OIDH compõe o referido GT, sendo representado pelo seu Coordenador, o servidor Jonathan Serpa Sá.

3.10. COMITÊ ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS NO ESTADO DO PARANÁ

O Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Paraná (CETP/PR), instituído pelo Decreto nº. 8030/2013 do Governo do Estado do Paraná, é um órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, que tem por finalidade a proposição e a formulação de diretrizes para as ações governamentais relacionadas à prevenção e ao enfrentamento do tráfico de pessoas.

O TJPR é representado no CETP/PR pelo Dr. Diego Santos Teixeira, Juiz de Direito da 6ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, como titular, e pelo servidor Jonathan Serpa Sá, Coordenador do ODH, como suplente.



TJPR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ